



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO
Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

RELACI - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade de Controle Interno - Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

Gestor responsável: WELERSSON JOSÉ MERCANDELE

Exercício: 2019

1 - Introdução

A Unidade Central de Controle Interno - UCCI da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, através do Plano Anual de Auditoria Interna para 2019 (PAAI - 2019), planejou ações de auditoria a serem executadas ao longo do exercício de 2019, tendo como objetivo a realização de auditorias preventivas, detectivas e corretivas nas áreas: Orçamentária, Contábil-Financeira, Recursos Humanos, Patrimônio, Compras, Almoxarifado, Contratos e Administração em geral.

Os procedimentos e as técnicas de controle utilizadas foram: verificações de processos, comparações de valores, confronto de informações e averiguações diversas, que permitiram obter evidências ou provas suficientes e adequadas para analisar as informações para a formulação e fundamentação da opinião da UCCI para emissão desse relatório.

Os controles preventivos foram realizados ao tempo dos atos, procedimentos ou processos, com o objetivo de atenuar possíveis impropriedades na execução dos mesmos.

Os demais controles analisaram os procedimentos a "posteriori" de sua realização, e visavam a conferência dos princípios básicos da Administração Pública e aplicação das demais normas pertinentes.

As análises da Unidade Central de Controle Interno tiveram por finalidade precípua esclarecer questões conflitantes e irregulares, cientificando as Unidades Administrativas da importância em submeterem-se às normas vigentes.

A Tabela Referencial 1 que segue elenca objetos selecionados para avaliação na UG, bem como os demais itens avaliados pelo Controle Interno.



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO
Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

1. Itens abordados						
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa - realização sem prévio empenho Despesa - realização sem prévio empenho	Processos de despesas - 121 empenhos	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	R\$ 1.407.743,88	R\$ 1.407.743,88
NOTA - Todas as despesas foram realizadas com emissão de prévio empenho.						
1.2. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Empenhos nºs 0018 e 0116	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local• Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	R\$ 200.245,09	R\$ 200.245,09
NOTA - As despesas previdenciárias patronais (RGPS) foram registradas observando o regime de competência.						
1.2.2	Pagamento das obrigações	Pagamentos nºs: 14, 15, 39, 40,	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições	R\$ 200.245,09	R\$ 200.245,09



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	previdenciárias - parte patronal	71, 103, 137, 173, 174, 208, 237, 238, 274, 275, 316, 317, 349, 350, 383, 390, 391	<ul style="list-style-type: none"> • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência 	previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.		
--	----------------------------------	--	--	--	--	--

NOTA - A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES é regida pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Considerando o RGPS, a parte patronal sobre contribuições previdenciárias foi apurada mensalmente e recolhida regularmente, com o devido registro contábil.

No exercício sob análise, as despesas com obrigações patronais foram de R\$ 200.245,09 (Duzentos mil, duzentos e quarenta e cinco reais e nove centavos).

1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Pagamentos nºs: 14, 15, 39, 40, 71, 103, 137, 173, 174, 208, 237, 238, 274, 275, 316, 317, 349, 350, 383, 390, 391	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência 	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	R\$ 200.245,09	R\$ 200.245,09
-------	---	--	--	--	----------------	----------------

NOTA - Não ocorreu em 2019 multas e juros por atraso de pagamento das obrigações previdenciárias.

1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	Pagamentos nºs: 13, 38, 70, 104, 136, 172, 207, 239, 273, 318, 351, 384, 392	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local 	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	R\$ 96.506,84	R\$ 96.506,84
-------	---	--	---	--	---------------	---------------

NOTA - As contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente, com o devido registro contábil. No exercício sob análise,



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

o valor de INSS apurado, retido e recolhido de servidores foi de R\$ 96.506,84 (Noventa e seis mil, quinhentos e seis reais e oitenta e quatro centavos).

1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Todos os processos	<ul style="list-style-type: none"> • CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência 	<p>Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários:</p> <p>a) estão sendo registrados como passivo da entidade;</p> <p>b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS;</p> <p>c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS;</p> <p>d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS;</p> <p>e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.</p>	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-------	---	--------------------	--	--	----------	----------

NOTA - A CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS e tampouco houve parcelamento de débitos previdenciários no exercício em questão.

1.2.8	Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Todos os processos	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-------	--	--------------------	-----	--	----------	----------

NOTA - A CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS nem Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber.

1.3. Gestão patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
--------	--------------------------	---------------------------	------------	--------------	-------------------------------	---------------------



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		analisados				
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário.	Tabelas Anuais oriundas dos Tabelas mensais de Almoxarifado e Patrimônio e Balanço Patrimonial	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Bens em Estoque: R\$ 12.584,63 Bens Móveis: R\$ 119.156,85 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00	Bens em Estoque: R\$ 12.584,63 Bens Móveis: R\$ 119.156,85 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00
NOTA - As demonstrações contábeis da CM de Laranja da Terra/ES correspondem à integralidade dos bens em estoque e dos bens móveis que possuímos em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação e avaliações realizadas. Em Dezembro de 2019 foi promovida Reavaliação de todos os bens móveis, atualizando assim seus valores para atendimento às normas legais.						
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle	Tabelas mensais provenientes do Sistema Informatizado de Patrimônio e Balanço Patrimonial	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Bens Móveis: R\$ 119.156,85 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00	Bens Móveis: R\$ 119.156,85 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00
NOTA - A CM de Laranja da Terra/ES tem mantido registrados e controlados os bens que possui, sendo que na estrutura administrativa do órgão, o departamento responsável por sua guarda e administração é a Secretaria Geral da Câmara.						
1.3.3	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Registro dos Repasses de R\$ 133.862,27 referentes a duodécimos mensais, Livro	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$ 1.606.347,24	R\$ 1.606.347,24



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		Caixa do sistema e extratos bancários				
NOTA - As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituição financeira oficial, a saber: Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES/SA, Agência 0186, Conta Corrente/Aplicação 3.488.533, rendendo ao longo do ano R\$ 3.869,85 (Três mil, oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).						
1.3.4	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Registro dos Repasses de R\$ 133.862,27 referentes a duodécimos mensais, Livro Caixa do sistema e extratos bancários	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$ 1.606.347,24	R\$ 1.606.347,24
NOTA - As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, estando devidamente conciliados pelo Departamento Contábil/Financeiro.						
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato		LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NOTA - Não se aplica para o período em questão.						
1.4. Limites constitucionais e legais						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		analisados				
1.4.6	Despesas com pessoal - abrangência	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs.	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	R\$ 1.161.542,45	R\$ 1.161.542,45
NOTA - Todas as despesas com pessoal (Vencimentos e Vantagens Fixas e Obrigações patronais) foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF. NÃO houve terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores.						
1.4.7	Despesas com pessoal - limite	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	R\$ 1.161.542,45	R\$ 1.161.542,45
NOTA - Os limites de Despesas com Pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados, pois na esfera municipal o Poder Legislativo não poderia exceder a 6% (seis por cento) do total da Receita Corrente Líquida Ajustada do Município. Assim, o valor apurado de R\$ 1.161.542,45 (Um milhão, cento e sessenta e um mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) correspondente ao valor das Despesas com Pessoal está dentro dos limites, representando a 3,39% (três inteiros e trinta e nove centésimos) de uma Receita Corrente Líquida Ajustada de R\$ 34.262.129,12 (Trinta e quatro milhões, duzentos e sessenta e dois mil, cento e vinte e nove reais e doze centavos).						
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites - nulidade do ato	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	R\$ 1.161.542,45	R\$ 1.161.542,45
NOTA - NÃO foram praticados atos que incidiram em aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do						



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

artigo 21, da LRF.						
1.4.9	Despesas com pessoal - aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato - nulidade do ato	Não se aplica ao período em questão	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NOTA - Não se aplica para o período em questão.						
1.4.10	Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	R\$ 1.161.542,45	R\$ 1.161.542,45
NOTA - As despesas totais com pessoal, no valor de R\$ 1.161.542,45 (Um milhão, cento e sessenta e um mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) NÃO excederam a 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo permitido para o Poder (95% de R\$ 34.262.129,12 = R\$ 1.952.941,36 - Um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos).						
1.4.11	Despesas com pessoal - extrapolação do limite - providências/medidas de contenção	Folhas de Pagamento Mensais e GFIPs, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	R\$ 1.161.542,45	R\$ 1.161.542,45
NOTA - As despesas totais com pessoal NÃO ultrapassaram o limite máximo de R\$ 2.055.727,75 (Dois milhões e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos), correspondente aos 6% (seis por cento) estabelecido no artigo 20 da LRF, para o Poder Legislativo						



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Municipal, visto que estamos no percentual de 3,39% (três inteiros e trinta e nove centésimos). NÃO houve extrapolação dos limites, nem de Alerta, nem Prudencial, nem Máximo estabelecidos pela LRF para despesas com pessoal, no Poder Legislativo, portanto, não sendo necessárias medidas de contenção.

1.4.12	Despesas com pessoal - expansão de despesas - existência de dotação orçamentária - autorização na LDO	Folhas de Pagamento Mensais e Guias Mensais SEFIP, observando a Receita Corrente Líquida do Município	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I - de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II - de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	R\$ 1.161.542,45	R\$ 1.161.542,45
--------	---	---	--------------------------	--	------------------	------------------

NOTA - NÃO houve concessão de vantagem ou aumento de remuneração, mas houve, por meio da Resolução nº 03/2019, a criação do cargo de provimento em comissão de Assessor das Comissões no quadro de servidores públicos da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

1.4.13	Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento	Folhas de Pagamento Mensais Empenhos de nºs: 09 a 16; 28; 58; 59; 66; 67; 89 a 91; 94 a 99;	CRFB/88, art. 29 - A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	R\$ 961.297,36	R\$ 961.297,36
--------	--	---	-----------------------------	--	----------------	----------------



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		105 a 107; 110 a 114; 119 a 121.				
<p>NOTA - O gasto total com a Folha de Pagamento da Câmara Municipal foi de R\$ 961.297,36 (Novecentos e sessenta e um mil, duzentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos), NÃO ultrapassando, portanto, os 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício - R\$ 1.606.347,24 (Um milhão, seiscentos e seis mil, trezentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos), ficando em 59,84% (cinquenta e nove inteiros e oitenta e quatro centésimos).</p> <p>Mas, se considerarmos o valor preliminar do Orçamento, que estava estipulado em R\$ 1.556.494,17 (Um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e dezessete centavos), os R\$ 961.297,36 (Novecentos e sessenta e um mil, duzentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos) gastos com Folhas de Pagamento representariam 61,76%, ou seja, mesmo assim o Art. 29 - A, § 1º, da CRFB/88 foi respeitado.</p>						
1.4.17	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - fixação	Lei Municipal nº 0797/2016, de 13 de setembro de 2016 e Empenhos 09 e 110.	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	R\$ 580.336,00	R\$ 580.336,00
<p>NOTA - A fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra, consoante preceitua a Lei Municipal nº 0797/2016, de 13 de setembro de 2016. Houve atualização do valor dos subsídios por meio de reposição concedida em maio de 2019, por meio da Lei nº 904/2019, no percentual de 7,7% (Sete inteiros e sete décimos).</p>						
1.4.18	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento	Empenhos 09 e 110. Pagamentos de nºs: 1, 28, 57, 89, 125, 162, 194, 221, 258, 295, 332, 367, 368.	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	R\$ 580.336,00	R\$ 580.336,00
<p>NOTA - Os pagamentos de Subsídios aos Vereadores obedeceram aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, ou seja, em Municípios de dez</p>						



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores poderia ser 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, o que foi expressamente observado. Houve reposição salarial no percentual de 7,7% (**Sete inteiros e sete décimos**), aprovado por meio da Lei nº 904, de 22 de maio de 2019.

1.4.19	Despesas com pessoal - remuneração vereadores	Empenhos 09 e 110. Pagamentos de nºs: 1, 28, 57, 89, 125, 162, 194, 221, 258, 295, 332, 367, 368.	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de 5% (cinco por cento) da Receita do Município.	R\$ 580.336,00	R\$ 580.336,00
--------	---	--	-------------------------------	--	----------------	----------------

NOTA - O total da despesa com a remuneração dos Vereadores foi de R\$ 580.336,00 (Quinhentos e oitenta mil e trezentos e trinta e seis reais), NÃO ultrapassando o montante de 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida Ajustada do Município, apurada em R\$ 34.262.129,12 (Trinta e quatro milhões, duzentos e sessenta e dois mil e cento e vinte e nove reais e doze centavos) conforme informado pelo Poder Executivo, para o exercício de 2019, representando apenas 1,69% (Um inteiro e sessenta e nove centésimos) daquele valor.

1.4.20	Poder Legislativo Municipal - despesa total	Empenhos de 01 a 121.	CRFB/88, art. 29 - A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159,	R\$ 1.407.743,88	R\$ 1.407.743,88
--------	---	-----------------------	-----------------------	--	------------------	------------------



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				efetivamente realizadas no exercício anterior.		
<p>NOTA - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os Subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, NÃO ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, totalizando R\$ 1.407.743,88 (Um milhão, quatrocentos e sete mil, setecentos e quarenta e três reais e oitenta e oito centavos).</p>						
1.5. Demais atos de gestão						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA - compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos integrantes da PCA exigidos pela IN TC N° 43/2019 Anexo III Alínea "D"	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Arquivos exigidos pela IN TC N° 43/2019 Anexo III Alínea "D" - Contas das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais	Arquivos exigidos pela IN TC N° 43/2019 Anexo III Alínea "D" - Contas das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais
<p>NOTA: Os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo III, alínea "D", da IN 43/2019, regulamentadora da remessa de prestação de contas anual.</p>						
1.5.2	Segregação de funções	Processos Administrativos e Contábeis	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Processos Administrativos e Contábeis	Processos Administrativos e Contábeis
<p>NOTA - Este princípio é atendido nas atividades de autorização, execução e controle. As atividades são distribuídas dentro das possibilidades, buscando sempre a eficiência, eficácia e economicidade para a Câmara Municipal.</p>						



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO
Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2. Itens de abordagem complementar						
2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.2.8	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - estimativa de impacto orçamentário financeiro.	Processos Administrativos e Contábeis	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.	R\$ 1.407.743,88	R\$ 1.407.743,88
NOTA - Os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira.						
2.2.9	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental	Processos Administrativos e Contábeis	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se	R\$ 1.407.743,88	R\$ 1.407.743,88



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	que acarrete aumento da despesa - afetação das metas fiscais.			foram observadas as condições previstas no artigo 17, § 1º da LRF e se os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.		
--	---	--	--	--	--	--

NOTA - Foram observadas as condições previstas no artigo 17, § 1º da LRF.

2.2.10	Execução de programas e projetos	<u>Orçamento inicial:</u> Programa: 001 Manutenção das Atividades Legislativas <u>Projetos/Atividades:</u> 1.001 - Aquisição de Imóvel e Construção da sede R\$ 10.500,00 1.002 - Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos Permanentes R\$ 50.000,00 2.001 - Manuten-	CRFB/88, art. 167, I.	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na Lei Orçamentária Anual.	Projetos: R\$ 60.500,00 Atividades: R\$ 1.495.994,17 Total: R\$ 1.556.494,17	Total dos Programas e Projetos/Atividades R\$ 1.556.494,17
--------	----------------------------------	---	-----------------------	--	---	---



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		ção das Atividades Legislativas R\$ 1.470.494,17 2.002 - Treinamento e Capacitação de Vereadores e Servidores do Legislativo R\$ 10.500,00 2.003 - Contribuição para Associação de Câmaras Municipais do ES - ASCAMES R\$ 15.000,00				
NOTA - Não ocorreu em 2019, no orçamento da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, execução de programas ou projetos de governo não incluídos na Lei Orçamentária Anual (LOA).						
2.2.11	Execução de despesas - créditos orçamentários	Orçamento para 2019: R\$ 1.556.494,17	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Recebido de duodécimos: R\$ 1.606.347,24	Recebido de duodécimos R\$ 1.606.347,24
NOTA - NÃO foram realizadas despesas, tampouco houve assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais. A PMLT repassou financeiramente, ao invés de R\$ 1.556.494,17 (Um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e dezessete centavos) orçado inicialmente, o valor de R\$ 1.606.347,24 (Um milhão, seiscentos e seis mil, trezentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos) devidamente atualizado após o início do exercício financeiro de 2019.						
2.2.13	Créditos adicionais - autorização legislativa para abertura	Decretos nºs: 0721/2019, 0792/2019 e 0900/2019 -	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação	Total: R\$ 160.353,07 R\$ 49.853,07 (Por Anulação de outra UG)	Total: R\$ 160.353,07 R\$ 49.853,07 (Por Anulação de outra UG)



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		Suplementação/ anulação de dotação Decreto nº 0869/2019 - Suplementação por anulação de outra UG		dos recursos correspon- dentes.	R\$ 110.500,00 (Por anulação de dotação interna)	R\$ 110.500,00 (Por anulação de dotação interna)
NOTA - Houve abertura de crédito adicional suplementar no Poder Legislativo com prévia autorização legislativa dada pela <i>alínea a</i> , Inciso III, Art. 4º, da Lei Municipal 890/2018, de 19 de dezembro de 2018, que “ <i>Estima a receita e fixa a despesa do município de Laranja da Terra para o exercício financeiro de 2019</i> ”.						
2.2.18	Realização de inves- timentos plurianuais	Todos os 121 empenhos	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execu- ção ultrapasse um exer- cício financeiro sem pré- via inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	R\$ 1.407.743,88	R\$ 1.407.743,88
NOTA - Não ocorreu no exercício em questão.						
2.2.24	Escrituração e consoli- dação das contas pú- blicas	Sistema Informatizado de Contabilidade	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP- EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilida- de aplicadas ao setor público.	R\$ 1.606.347,24	R\$ 1.606.347,24
NOTA - A consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.						
2.2.28	Pagamento de passivos	Todos os 414	Lei 8.666/1993, arts. 5º	Avaliar se os passivos	R\$ 1.407.743,88	R\$ 1.407.743,88



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

	- ordem cronológica das exigibilidades	pagamentos	e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.		
NOTA - A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES manteve os pagamentos em ordem cronológica de suas exigibilidades.						
2.2.29	Déficit orçamentário - medidas de contenção	Liquidações das Folhas de Pagamento Mensais de Servidores, observando os 70% previstos de acordo com os repasses de duodécimos.	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	R\$ 380.961,36 (Somente servidores)	R\$ 380.961,36 (Somente servidores)
NOTA - Oficialmente, NÃO foram expedidos atos de limitação de empenho, mas, o gestor manteve medidas de contenção de despesas iniciadas em 2017, com relação aos Gastos com Folha de Pagamento a fim de evitar déficit orçamentário e financeiro no exercício.						
2.2.30	Despesa - realização de despesas - irregularidades	Todos os 121 empenhos	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	R\$ 1.407.743,88	R\$ 1.407.743,88
NOTA - NÃO foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas, por parte do Poder Legislativo Municipal. Todos os processos administrativos/contábeis passaram pelo crivo do Presidente, que pôde acompanhar de perto a realização das despesas.						
2.2.31	Despesa - liquidação	Todos os 121 empenhos	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei	R\$ 1.407.743,88	R\$ 1.407.743,88



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.		
NOTA - Os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas foram observados.						
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Todos os 121 empenhos	Lei 4.320/1964, art. 62	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	R\$ 1.407.743,88	R\$ 1.407.743,88
NOTA - Para todo pagamento de despesa houve regular liquidação.						
2.2.33	Despesa - desvio de finalidade	Todos os 121 empenhos	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NOTA - As despesas decorrentes de recursos vinculados, a teor do artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 não se aplicam ao Poder Legislativo.						
2.2.34	Despesa - auxílios, contribuições e subvenções.	Todos os 121 empenhos	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	R\$ 8.982,00	R\$ 8.982,00
NOTA: A única contribuição realizada pela Câmara estava prevista LDO, na LOA e em lei específica.						
2.2.35	Despesa - subvenção social.	Todos os 121 empenhos	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu ao disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NOTA: Não ocorreu no período em questão.						



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.3. Gestão patrimonial						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.3.1	Passivos contingentes - reconhecimento de precatórios judiciais	Todos os 121 empenhos	CRFB/88, art. 100. Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NOTA: Não ocorreu no período em questão.						
2.3.2	Dívida pública - precatórios - pagamento	Todos os 121 empenhos	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NOTA: Não ocorreu no período em questão.						
2.3.5	Cancelamento de passivos	Todos os 121 empenhos	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NOTA - Não houve cancelamento de passivos em 2019 sem comprovação do fato motivador.						
2.4. Limites constitucionais e legais.						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.4.1	Transferências voluntárias - exigências	Processos contábeis de 2019.	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferên-	R\$ 0,00	R\$ 0,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES

PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				cias voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.		
--	--	--	--	--	--	--

NOTA: NÃO realizamos transferências voluntárias na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

2.4.3	Dívida pública - originalmente superior ao limite - redução do valor excedente	Todos os processos administrativos de 2019 da Câmara Municipal.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de 2001 , excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.	-	-
-------	--	---	--	---	---	---

NOTA: NÃO temos Dívida Pública na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

2.5. Gestão Previdenciária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
--------	--------------------------	--------------------------------------	------------	--------------	-------------------------------	---------------------



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	<p>Empenhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 001 - E&L Produções de Software Ltda - 002 e 034 - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP - 005 - WW Informática - ME - 039, 054 e 070 - Auto Center Flegler Distrib. de Peças e Serviços Ltda - 047 - Ivair Ost - ME 	<p>LC 116/2003 (ISS), art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999 (IR). Lei 8.212/1991 (Seguridade Social). Lei Local.</p>	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	<p>ISS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - WW Informática Ltda (Manutenção Corret. e prevent.) - Auto Center Flegler Distrib. de Peças e Serviços Ltda - Ivair Ost - ME <p>IR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - E&L Produções de Software Ltda - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP 	<p>Valores Base ISS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - WW Informática Ltda (Manut. Corret. e prevent.) - R\$ 4.531,86 - Auto Center Flegler Distrib. de Peças e Serviços Ltda - R\$ 1.075,00 - Ivair Ost - ME - R\$ 350,00 <p>Valores Base IR:</p> <ul style="list-style-type: none"> E&L - R\$ 29.082,00 Ágape - R\$ 17.333,29
-------	--	---	---	--	---	---

NOTA - As retenções na fonte e o recolhimento dos impostos devidos pelas pessoas jurídicas contratadas pelo Poder Legislativo foram realizadas, conforme relatórios mensais de empenhos, liquidações e pagamentos.

2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	-	<p>CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.</p>	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-------	---	---	---	--	----------	----------

NOTA - NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social. As contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando as devidas bases de cálculo.

2.5.4	Alíquota de contribuição - Recolhimento	<p>Pagamentos ao INSS:</p> <p><u>Parte Patronal (21%):</u></p> <p>Pagamentos nºs: 14, 15, 39,</p>	<p>CF/88, art. 40. LRF, art. 69 (RPPS). Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º (RPPS)</p>	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição	<p>Patronal: R\$ 200.245,09</p> <p>Segurados: R\$ 96.506,84</p>	<p>Patronal: R\$ 200.245,09</p> <p>Segurados: R\$ 96.506,84</p>
-------	---	---	---	--	---	---



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		40, 71, 103, 137, 173, 174, 208, 237, 238, 274, 275, 316, 317, 349, 350, 383, 390, 391 <u>Parte dos</u> <u>Segurados</u> (Variável, de acordo com a faixa salarial): Pagamentos nºs: 13, 38, 70, 104, 136, 172, 207, 239, 273, 318, 351, 384, 392		estabelecidas conforme a legislação.		
NOTA - NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social e obedecemos as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.						
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao <u>RPPS</u> , nas unidades gestoras.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
NOTA - As guias de recolhimento de contribuições previdenciárias mensais ao Instituto Nacional do Seguro Social encontram-se devidamente arquivadas nesta Casa de Leis. Não temos contribuições previdenciárias devidas ao <u>RPPS</u> .						
2.5.7	Servidores cedidos	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009,	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

			art. 32, I, II e III.	de servidores.		
NOTA - A Câmara não cedeu nenhum servidor a outro órgão e o município não possui Regime Próprio de Previdência Social.						
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários - Autorização Legal	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
NOTA - Não ocorreu no período em questão.						
2.5.22	Base de cálculo de contribuições - RPPS	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
NOTA: Não temos, tendo em vista que somos regidos pelo RGPS.						
2.5.26	Censo Atuarial	-	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º. Portaria MPS 403/2008, art.12.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
NOTA: A nível de Câmara, não houve, tendo em vista que somos regidos pelo RGPS.						
2.5.37	Registro de Admissões	Pastas funcionais dos 6 servidores efetivos	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas	6 servidores efetivos	6 servidores efetivos



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

		tivos da CM		das ao TCE para fins de registro.		
NOTA: Todos os 06 (seis) servidores admitidos através de Concurso Público realizado em 2006 foram devidamente registrados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Não foi realizado outro concurso depois de 2006.						
2.6. Demais atos de gestão						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
2.6.1	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2019.	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 - Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das Comissões (a partir de setembro de 2019) e Controlador Geral Interno	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 - Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das Comissões (a partir de setembro de 2019) e Controlador Geral Interno
NOTA - Em 2019, os cargos em comissão eram os de Secretário Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar, Assessor das Comissões (a partir de setembro de 2019) e Controlador Geral Interno, sendo este último exercido por servidora ocupante de cargo efetivo.						
2.6.2	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2019.	Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira,	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 - Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara, Auxiliar	Resolução 02/2011, alterada pela 01/2012 - Cargos em comissão: Secretária Geral da Câmara, Auxiliar Parlamentar,



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES

PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Parlamentar, Assessor das Comissões (a partir de setembro de 2019) e Controlador Geral Interno	Assessor das Comissões (a partir de setembro de 2019) e Controlador Geral Interno
NOTA - A Lei foi cumprida conforme o que dispõe a Estrutura Administrativa, Organizacional e Funcional da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.						
2.6.3	Pessoal - contratação por tempo determinado	-	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
NOTA - NÃO realizamos contratação por tempo determinado em 2019.						
2.6.4	Pessoal - teto	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2019.	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	R\$ 961.297,36	R\$ 961.297,36
NOTA - O teto remuneratório (subsídio do Prefeito estipulado em R\$ 14.000,00) dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.						
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica	Folhas de Pagamento de Janeiro a Dezembro 2019.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e	R\$ 961.297,36	R\$ 961.297,36



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

				jetons não autorizados por lei específica.		
NOTA - NÃO houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias não autorizadas por lei específica.						
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação	Empenhos de 001 a 121.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Inexigibilidade: R\$ 2.830,00 Dispensa de Licitação: R\$ 92.744,37 Total: R\$ 95.574,37	Inexigibilidade: R\$ 2.830,00 Dispensa de Licitação: R\$ 92.744,37 Total: R\$ 95.574,37
NOTA - As contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação realizadas em 2019 observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.						



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

2 - Análises/verificações e outros procedimentos realizados

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, priorizamos aqueles relacionados ao cumprimento dos limites constitucionais e legais, à execução orçamentária e àqueles ligados às despesas de pessoal, haja vista serem estas as despesas de maior vulto no orçamento deste Legislativo.

Além dos acompanhamentos com relação aos pontos de controle acima mencionados, foram realizadas análises específicas também sobre os assuntos que seguem abaixo listados:

- Relatório de Ação de Auditoria 01/2019 - Verificação de dados e informações para composição da Prestação de Contas Anual - referente exercício de 2018.
- Relatório de Ação de Auditoria 02/2019 - Utilização do veículo da Câmara Municipal.
- Relatório de Ação de Auditoria 03/2019 - Controle de Patrimônio da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.
- Relatório de Ação de Auditoria 04/2019 - Cumprimento do teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão.
- Relatório de Ação de Auditoria 05/2019 - Gestão Previdenciária da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, conforme Matriz de Planejamento.
- Relatório de Ação de Auditoria 06/2019 - Abertura de créditos adicionais ao orçamento da Câmara Municipal (em observância à CRFB/88, Art. 167, Inciso V, c/c Art. 43 da Lei nº 4.320/64), conforme matriz de planejamento.
- Relatório de Ação de Auditoria 07/2019 - Limites com folha de pagamento e Despesas com Pessoal - Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Relatório de Ação de Auditoria 08/2019 - Verificação das atividades básicas inerentes ao Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.
- Relatório de Ação de Auditoria 09/2019 - Exercício dos Cargos Comissionados e Funções de Confiança da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, conforme Matriz de Planejamento
- Relatório de Ação de Auditoria 10/2019 - Legalidade dos Pregões Presenciais nºs 01/2019 e 02/2019, conforme matriz de planejamento.

Trimestralmente, a Controladoria faz inspeção nos processos internos, emite relatório de análise e encaminha à apreciação do Presidente da Câmara, protocola na Secretaria Geral da Câmara, sendo posteriormente arquivado nas dependências, com publicação no site oficial da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, no endereço <https://cmlaranjadaterra-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=58>. A Controladoria também faz, anualmente, um Relatório de Controle Interno, contemplando atividades realizadas durante todo o exercício.

Os Relatórios de Gestão Fiscal, além de publicados no Portal da Transparência e no Átrio do Poder Legislativo, também foram publicados no Diário da AMUNES ou em jornal de grande circulação no município.

Por meio da CI 11/2018 e da CI 16/2019 - CONTROLE INTERNO, a Controladoria alertou o Presidente sobre a dificuldade de realizar as auditorias previstas no PAAI, uma vez que a Câmara Municipal não possui em sua Estrutura Administrativa, Organizacional e Funcional o



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES **PODER LEGISLATIVO**

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

Cargo de Auditor, o que dificultaria a realização das referidas atividades. Assim, desde aquele momento, foi sugerido que a dificuldade apontada fosse sanada.

A Câmara Municipal recebeu, no segundo semestre de 2019, a Decisão 02701/2019-1, referente ao Processo 03131/2016-7, que NOTIFICA os gestores de que os protocolos que tratem das providências tomadas ou eventuais justificativas pelas situações identificadas e informações relativas àqueles autos deverão constar das prestações de contas relativas ao exercício 2019, a ser enviada ao Tribunal em 2020. O processo trata do conhecimento de *informações sobre as folhas de pagamento e despesas com pessoal*, bem como atualização da base de dados gerada a partir do levantamento realizado em 2015 (Proc. TC 3380/2015) que resultou no Relatório de Levantamento 07/2016 e, ainda, identificar vulnerabilidades e riscos que possam ensejar ações de controle pelo Tribunal de Contas e pelos próprios jurisdicionados, recomendando a apuração dos indícios de irregularidades contidos na respectiva análise individualizada (Apêndice R do RLE 07/2016) e a remessa da informação na prestação de contas de 2019, a ser encaminhada em 2020, de quais medidas foram adotadas e os respectivos resultados alcançados. Assim, insta-nos frisar que: As questões de pesquisa tratam de acumulação de cargos (situação que não tínhamos e nem temos nos dias atuais), pagamento acima do teto constitucional (nunca ocorreu) ou abaixo do salário mínimo (também nunca ocorreu), jornada de trabalho (30 horas semanais para todos os cargos, exceto Procurador e Assessor Jurídico, de acordo com a Resolução 02/2011 e alterações), horas extras (até o presente momento nunca foi concedido pagamento de horas extras a nenhum servidor), idade para exercício da função (respeito à idade mínima de 18 anos e nunca tivemos nenhum servidor acima de 70 anos), contratações temporárias (o único cargo nessas condições - Motorista Temporário - foi ocupado de setembro de 2015 com exoneração em 31/12/2016), gestão das vagas existentes para os cargos (das 12 vagas existentes, duas estão vagas) e diagnóstico sobre o quadro de pessoal (hoje contamos com 10 servidores diretos, sendo seis efetivos, dos quais um está ocupando cargo comissionado - função de confiança, três são comissionados, e um é cedido pela PMLT. Ainda temos dois estagiários, dos quais um fica à disposição do Fórum da cidade).

Não escrevemos aqui neste relatório de forma individual sobre cada um dos processos administrativos/contábeis realizados ao longo do ano, mas, frisamos que todos foram objeto de conferência pelos servidores do quadro administrativo, em conjunto com o Presidente da Casa. Preocupamo-nos principalmente quanto ao reforço na verificação de processos que ensejavam acompanhamento mais sucinto.

Foram realizados apenas dois processos licitatórios ao longo do exercício. Os contratos realizados pela Câmara foram bem elaborados, os preços praticados referente aquisição de bens ou serviços foram condizentes com o mercado e foram controlados pelos Fiscais de Contratos correspondentes. Os processos estão instruídos com os documentos necessários.

Quanto aos registros contábeis, as informações provenientes do setor são precisas. Notamos apenas alguns erros de digitação nos históricos, mas, nada que comprometa o resultado final ou prejudique ao erário.



CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA - ES
PODER LEGISLATIVO

Casa Legislativa Municipal Waldemiro Seibel

CONCLUSÃO

Conforme abordagem no relatório, não foram detectados problemas que comprometessem as informações prestadas e causadores de danos ao erário. Nos momentos em que ocorreram situações divergentes do ideal, podemos apresentar como justificativas o despreparo de alguns servidores e descompromisso de outros.

Outros fatores que interferiram negativamente foram a falta de espaço físico apropriado para comportar adequadamente todos os servidores (não temos sede própria e, o pavimento que utilizamos não tem estrutura preparada especificamente para os trabalhos de uma Câmara). Temos bons equipamentos de informática, mas, os sistemas de gestão pública ainda não estão integrados 100%. Influencia no resultado também o modo como é composto o grupo de trabalho, falta de comunicação efetiva entre os servidores, divisão inadequada das tarefas, desmotivação e falta de valorização do trabalho realizado, entre outros.

Além disso, é preciso aprimorar constantemente o uso da tecnologia da informação na centralização e no tratamento de dados de diversas naturezas, pois isso, além de tornar o atendimento às demandas muito mais eficiente, pode garantir inteligência para a tomada de decisões e maior facilidade para diagnósticos mais acertados sobre a realidade e as necessidades do órgão.

Algumas situações dependem indiretamente dos atos de gestão, sendo desejável a superação das metas previstas. Apesar de todas as dificuldades, consideramos satisfatórios os resultados alcançados, cuja flutuação do percentual de execução entendemos estar dentro da normalidade.

Concluimos, portanto, que os resultados foram alcançados a contento, tendo a Câmara Municipal de Laranja da Terra cumprido sua missão institucional no período sob análise.

Reforçamos que, gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade dos gastos públicos, com vistas a contribuir para o desenvolvimento sustentável foi objeto de busca constante em 2019.

3 - Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG.

Não ocorreu a instauração de Tomadas de Contas Especiais no exercício em questão.

Laranja da Terra, 17 de março de 2020.

VERUSKA PEDRO

Controladora Geral Interna